

A circulação de papéis no Império Português: sujeitos, ideias e acervos (Séculos XVIII e XIX)

Claudia Heynemann (ANRJ)

Nívia Pombo (UERJ)

Moderadora: Juliana Gesuelli Meirelles (PUC-CAMPINAS)

Os estudos da Cultura Escrita têm sensibilizado os historiadores dedicados a compreender as especificidades da Época Moderna. O momento é privilegiado por firmar a escrita como meio de comunicação sobre o oral e o visual, intensificando a produção de registros manuscritos e ampliando-se, gradativamente, com o uso da imprensa. Registros que desempenharam um papel fundamental no governo à distância colocado em prática pelas monarquias europeias na formação do que se convencionou chamar de impérios coloniais. Nesse processo, circuitos de trocas de cartas, relatos, memórias, imagens, mapas, livros, entre outros, serviram como instrumentos de transmissão de ideias, costumes e valores, marcando o espaço de experiência da ação colonizadora. Para além de palavras anotadas no papel, tais escritos não estavam separados de uma materialidade que os inscrevia em novas funções sociais, como propõe Antonio Castillo Gómez referindo-se à possibilidade de reconstrução do “significado e o uso que lhe dão as respectivas sociedades ao longo do tempo”. Transformados em artefatos, entesourados nas bibliotecas e arquivos, atendendo a uma *moda das livrarias*, na expressão de Diogo R. Curto, tais escritos guardavam as memórias, os saberes e a própria história do Novo Mundo. A formação desse *governo de papel*, como denominou John H. Elliott, marcou a história da composição de duas das mais importantes instituições de guarda documental brasileiras: o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional. A Mesa Redonda tem como objetivo problematizar algumas experiências singulares que marcaram a origem dessas instituições, ligando-as com as práticas da cultura escrita setecentista. O Arquivo Nacional preserva hoje o maior conjunto de fundos e coleções compreendidos no período que, além de demonstrativos da própria história da acumulação desses arquivos, desenha uma cartografia do Império, a partir da produção desses papéis, sua circulação e das rotas que se constituem na própria escrita. Mapas de comércio, correspondência sobre o tráfico negreiro, as medições de fronteiras, o trânsito dos navios, a presença de estrangeiros nas cidades do Império, as múltiplas relações entre capitânias, os portos e outros continentes são algumas inscrições que, também dispostas em rede, configuram um território. A mesa dedicará particular atenção às listas de produtos da história natural, às coleções que seguem da América para a Metrópole, às descrições de jardins botânicos, às recomendações aos naturalistas, em um século XVIII balizado pelo discurso científico luso-brasileiro que permaneceria, para alguns, como traço de continuidade na construção do Império a partir de 1822. Dialogando com a historiografia luso-brasileira contemporânea que têm registrado contribuições importantes sobre a utilização de cartas para o estudo da comunicação política entre as diversas instâncias da administração colonial e a metrópole, propomos uma análise das cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos. Seu epistolário, produzido entre os anos de 1811 e 1821, emerge como um significativo conjunto documental do período em que a realeza bragantina administrava o Império a partir da América. Único meio de comunicação capaz de superar a distância que o separava de seus parentes e amigos, as missivas de Marrocos nos remetem a uma

outra dimensão: a formação, estruturação e gerenciamento do acervo da Real Biblioteca. Ainda nesta perspectiva, a comunicação também privilegia a compreensão do acervo da Sala de Manuscritos, localizada no Real Gabinete - considerado um espaço de acesso restrito e grande reverência para a monarquia em que, mais uma vez, destacava-se o trabalho intelectual de Luís Joaquim dos Santos Marrocos, responsável por organizar o *Índice Geral dos Manuscritos da Bibliotheca da Coroa disposto alfabeticamente* (1813). O valor de tais acervos como lugares de memória e de diálogo entre o passado e o presente, pode ser mensurado quando da negociação da compra das coleções que compunham a Real Biblioteca, no processo de Independência do Brasil. Apesar de conhecido e comumente citado, seus significados ainda são pouco explorados pela historiografia. Na tentativa de contribuir para alguns elementos relativos a esse momento, refletiremos sobre uma das coleções adquiridas naquele contexto: a Coleção Frei José Mariano da Conceição Veloso, composta de 2.500 volumes, advindos das suas atividades editoriais na Casa Literária do Arco do Cego. A temática da mesa também investigará algumas heranças deixadas pelo reformismo ilustrado luso-brasílico, em particular a História Natural, para os elementos da identidade nacional construída ao longo do século XIX. A escolha da produção e circulação de manuscritos e impressos como objeto, considerando assim a sua própria historicidade, pode ser vista ainda na perspectiva das discussões metodológicas relativas à constituição e delimitação de *corpus documentais* para a pesquisa histórica. Finalmente, problematizados à luz da história da cultura escrita, os fundos e coleções compreendidos no período são indissociáveis das práticas de governação imperial no auge da crise do antigo regime português. Tal constatação justifica a escolha do tema para o debate com a comunidade de especialistas em história colonial.